TEMA CENTRAL

DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Eixo 5 - Qualificação da Infraestrutura para a cultura e as artes

(a estrutura atual e necessidades de qualificação e expansão).

A cultura mobiliza uma grande rede de infraestrutura, composta de espaços e equipamentos públicos ou privados que influenciam a oferta de bens e serviços culturais de forma quantitativa e qualitativa, condicionam o atendimento das demandas por esses bens e serviços e ampliam a interação social. A distribuição ou a presença desses espaços é indicador fundamental, embora não único, do dinamismo dos circuitos culturais locais. Os centros culturais, as bibliotecas, as salas de espetáculos, os cinemas, os museus e demais equipamentos potencializam a oferta de bens e serviços, e oferecem condições para a produção, difusão, circulação, fruição e acesso à cultura.

Os equipamentos culturais são lugares de trocas e disseminação de cultura, que contribuem para a constituição da memória social. A oferta destes espaços no Brasil reflete as desigualdades socioeconômicas e territoriais observadas entre diferentes regiões e, muitas vezes, dentro de uma mesma cidade. O investimento em ações que buscam a ampliação e a qualificação da infraestrutura cultural contribui para a criação de condições necessárias ao pleno exercício dos direitos culturais, compreendendo os espaços culturais como lugares de inclusão social, pertencimento e fruição para distintas gerações. Neste sentido, para além da qualificação dos espaços já existentes, deve-se procurar garantir a instalação e manutenção de equipamentos culturais de livre acesso em áreas socialmente vulneráveis, integrando esses equipamentos a espaços de educação, cidadania, saúde, assistência social, desenvolvimento econômico, esporte e lazer.

Para o desenvolvimento destas ações, considera-se a possibilidade de parcerias entre o poder público, artistas, produtores, agentes e empresários da área da cultura. Ainda com o objetivo de garantir padrões de qualidade às obras locais de infraestrutura cultural, somam-se ações que buscam a incorporação das inovações e tecnologias mais recentes, criando redes que favoreçam a diversificação da oferta e a ampliação dos circuitos de distribuição. Para a qualificação desses equipamentos, demanda-se também aprimorar o seu conteúdo, por meio de políticas de qualificação de suas gestões e de seus acervos, buscando torná-los amplamente acessíveis.

A Lei Federal n° 10.098/2002 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, notadamente nos equipamentos culturais - bibliotecas públicas, museus, cinema e teatros.

A acessibilidade é uma das questões centrais para a qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência. Com efeito, as dificuldades de locomoção nas vias públicas e de acesso aos transportes públicos, a par de inúmeros constrangimentos, freqüentemente inviabilizam o exercício por essas pessoas dos seus direitos à educação, à saúde, à cultura e ao trabalho.

O município de Joinville, quando comparado a outros de seu porte, apresenta uma diversidade de equipamentos públicos de cultura, muitos deles significativos para a realidade brasileira. Entretanto, a cidade ainda carece de maiores montas de recursos financeiros, que possam dar conta de uma demanda reprimida para a manutenção adequada e ação dinâmica desses espaços. A década de 1970 foi particularmente fértil na criação de espaços culturais na cidade, quando grande parte das instituições hoje mantidas pela Fundação Cultural de Joinville foi concebida, construída ou implementada.

Se aquela década foi significativa pela geração de novos espaços públicos de cultura, as décadas seguintes, de 1980 e 1990, foram marcadas por ampliações, alterações e transferências das instituições públicas de cultura de Joinville. Um exemplo foi a construção da atual sede do Arquivo Histórico de Joinville, finalizada em 1986. É também da década de 1980 o projeto de construção do Teatro Municipal de Joinville, que, por conta de problemas com a suspensão da Lei Sarney de incentivo à cultura, não passou de algumas fundações e da estrutura de seu palco principal. É nessa área, inicialmente destinada ao Teatro Municipal - e sobre as estruturas do que seria uma casa de espetáculos projetada pelo arquiteto Rubens Meister - que foi implantado, em 1998, o Centreventos Cau Hansen, com recursos da Lei Rouanet. Se, por um lado, a Arena Multiuso do Centreventos representou um conceito inovador para a cidade, especialmente no segmento de eventos de negócios e para atendimento às necessidades de um crescente Festival de Dança, para a cultura local gerou um equipamento que, mesmo com a construção do Teatro Juarez Machado em 2001, continua não atendendo a demanda de um Teatro Municipal, por suas limitações técnicas e restrições de uso.

Os museus da cidade, por sua vez, mantiveram até hoje praticamente a mesma estrutura de espaço que já possuíam quando foram criados. Atualmente, por exemplo, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, reconhecido internacionalmente por sua atuação, carece de uma mudança emergencial, com a construção de uma nova sede. Por ter sido construído em área sujeita às frequentes cheias do Rio Cachoeira, sua equipe vive em constante alerta, temendo pelos danos à preservação de seu considerável acervo.

O Museu de Arte de Joinville, instalado num casarão histórico construído em 1864, tombado pelo Patrimônio do Estado, hoje não comporta mais espaço para ampliação e guarda adequada de seu acervo, e nem permite, por suas limitações de espaço, receber exposições de maior porte. O Museu Casa Fritz Alt, que funciona na casa do escultor joinvilense, também apresenta problemas de espaço e manutenção. O Museu Nacional de Imigração e Colonização, instalado em edificação tombada pelo Patrimônio Nacional, em frente à conhecida Rua das Palmeiras, apesar de suas ampliações externas e mudanças recentes em sua museografia - realizadas com o apoio da comunidade local - não permite mais qualquer ampliação naquela área. Não obstante de suas responsabilidades na manutenção de tantos espaços, a Fundação Cultural ainda mantém o Cemitério do Imigrante, outro importante espaço reconhecido como Patrimônio Nacional.

A Casa da Cultura Fausto Rocha Junior, por sua vez, também criada na década de 1970, e que mantém em sua estrutura uma equipe de mais de 80 professores concursados, carece de investimentos significativos para melhorar, adequar e ampliar sua estrutura física, e para atender em melhores condições uma média de 1200 alunos que lá estudam em três escolas formadas (de artes, de dança, e de música) e uma em formação (escola livre de teatro). E é ainda nessa edificação que funciona a Galeria Municipal Victor Kursancew.

Na esteira das necessidades de ampliação dos espaços culturais, foram adquiridos pelo Poder Público Municipal, na década de 1990, dois importantes conjuntos arquitetônicos de nosso patrimônio cultural: a antiga Estação Ferroviária e a antiga Cervejaria Catarinense. A primeira, também tombada pelo Patrimônio Nacional e após alguns anos em procedimentos de restauro, deu origem à Estação da Memória, mais uma unidade mantida pela Fundação Cultural. A segunda, apesar de mantida pela Companhia de Desenvolvimento Urbano de Joinville – Conurb, é hoje conhecida como Cidadela Cultural Antarctica. É lá que acontecem, de maneira precária e provisória, algumas atividades de teatro, das associações de artes e do Museu de Arte de Joinville em seus anexos, com o apoio de gestão da Fundação Cultural. A edificação principal da antiga cervejaria foi cedida por lei ao Instituto Luiz Henrique Schwanke, para sediar o futuro Museu de Arte Contemporânea que adotará o nome deste joinvilense que foi um dos mais representativos artistas contemporâneos brasileiros na história recente. Para adequar e ampliar o espaço, são necessários recursos financeiros consideráveis. Anos mais tarde, também foi adquirida, pelo Poder Público Municipal, a edificação da antiga Prefeitura Municipal, esta tombada como Patrimônio do Município. Inicialmente destinada a um órgão da estrutura administrativa, o imóvel teve seu destino futuro também marcado para as atividades culturais, quando foi destinado parcialmente à implantação de “estúdios cinematográficos” e, atualmente, além desse destino,

busca-se uma alternativa sustentável, em que um órgão da administração pública possa dividir espaços com equipamentos culturais públicos e/ou em parcerias público-privadas.

Por fim, a cidade que se espalhou horizontalmente por uma área maior do que costumeiramente ocorre a um agrupamento urbano de cerca de 500 mil habitantes, carece muito de equipamentos públicos de cultura fora de sua região central, até mesmo em praças ou parques. O processo de implantação central dos equipamentos, concentrado na década de 1970, fez com que ainda hoje a maioria dos bairros e zona rural da cidade não possam contar com equipamentos culturais. Planeja-se, atualmente, uma mudança nesta realidade.